

74º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS “DÍVIDAS OCULTAS”

## Guebuza voltar a apontar Filipe Nyusi, Ordem dos Advogados pede audição do Chefe de Estado, mas o juiz sai em defesa: “Indefiro o requerimento”

● Às 10h25, iniciava a sessão do segundo dia de audição de Armando Guebuza, com o assistente no processo, a Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), a colocar as perguntas. E a pergunta de partida foi de saber em que momento e porquê motivo foram constituídas as empresas EMATUM e MAM. “O único motivo era para defender a nossa integridade territorial e corresponder adequadamente aos desafios que se colocavam na altura”, foi a resposta do declarante.



**A**rmando Guebuza voltou a remeter explicações detalhadas sobre o projecto do Sistema Integrado de Monitoria e Protecção (SIMP) da Zona Económica Exclusiva (ZEE) para o antigo Ministro da Defesa Nacional, na sua capacidade de Chefe do Comando Operativo. “O Presidente da República e Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança não deve e não pode andar a tratar de todas as questões, por isso que tem braços e órgãos de apoio. E é por isso que eu preferi delegar”.

Perguntado se os funcionários da Presidência da República estavam autorizados a firmar parcerias com Privinvest para receber dinheiro, Guebuza reagiu dizendo que a forma como a pergunta foi colocada passa a falsa ideia de que havia uma previsão de os funcionários poderem beneficiar ilicitamente de fundos. “Mas isso não fazia parte da concepção da Zona Económica Exclusiva e nem das razões que levaram à sua concepção”.

Representada pelo advogado Flávio Meneite, a OAM questionou em que circunstâncias pessoas que não faziam parte da Presidência da República e das Forças de Defesa e Segurança eram copiadas em emails sobre assuntos do SIMP e integravam missões de trabalho relacionadas com o projecto, ao que o declarante respondeu afirmando que o trabalho tinha sido delegado ao Comando Operativo. “Não é minha responsabilidade entrar no detalhe ou decidir sobre o detalhe das acções que este comité (comando) decidiu seguir”.

Confrontado com as declarações do seu antigo Ministro do Interior, Alberto Mondlane, segundo as quais algumas questões ligadas ao projecto SIMP e à criação e financiamento da ProIndicus, EMATUM e MAM eram discutidas e viabilizadas em fóruns fechados onde apenas participava a direcção do SISE e o Presidente da República, dada a sua sensibilidade, Guebuza reagiu nos seguintes termos: “Está a presumir que as impressões do antigo Ministro Mondlane são factos. Não concordo com o Ministro Mondlane. Isso não aconteceu”.

O declarante voltou a defender que, aquando da contratação do financiamento para as três (3) empresas, em nenhum momento foi informado de que o Governo já tinha ultrapassado os limites estabelecidos na Lei Orçamental para a emissão de garantias de Estado. À pergunta sobre o papel do antigo Ministro da Defesa Nacional na concepção do projecto e na contratação do financiamento das três empresas, Guebuza disse que Filipe Nyusi era Chefe do Comando Operativo e a pessoa que devia esclarecer todas as questões.



## Guebuza admite erros no SIMP, mas diz que a história também se aprende com aquilo que está errado

Numa das suas intervenções, o antigo Presidente da República lamentou o facto do projecto SIMP não ter avançado, situação que levou a OAM a questionar as razões. “A implementação do projecto não aconteceu porque eu já não estava na Presidência da República. Quem deve explicar as razões é o actual Presidente da República”, disse o declarante, remetendo de novo explicações para Filipe Nyusi.

Guebuza chegou mesmo a afirmar que o projecto foi simplesmente abandonado. “Neste período de transição, sem análise nem questionamento a nós outros, começou-se a dizer que estava tudo errado. Até aí podem estar correctos. Mas o problema é que se havia um projecto e concluiu-se que estava errado, não se devia deitar fora a água que lavou a criança com a própria criança. Mas foi isso que aconteceu. Perdeu-se o sentido da história. A história aprende-se também com aquilo que está errado”.

Numa longa intervenção, o antigo Presidente da República disse, ironicamente, que ouviu dizer o projecto SIMP criou os maiores problemas para Moçambique, porque o Fundo Monetário Internacion-

al (FMI), o Banco Mundial e os países ocidentais pararam de financiar o Orçamento de Estado. “Mas foi a primeira vez que isso aconteceu na nossa curta história de sermos abandonados por esses países? Não”.

E deu exemplo das consequências económicas que Moçambique sofreu por ter aplicado as sanções das Nações Unidas impostas à Rodésia de Ian Smith. “Todas as nações ocidentais viraram-se contra nós. Perdemos crédito e o país continuou a sofrer. Moçambique tinha muito pouco tempo como país independente, mas continuou a trabalhar, mesmo com sofrimento. Não cruzou os braços. Por tanto, estas sanções não são as primeiras”.

Guebuza critica o actual Governo dizendo que ficou de braços cruzados perante a suspensão do apoio directo ao Orçamento de Estado. “Os barcos continuaram aqui sem navegar. Até hoje não houve entre os países que aplicaram as sanções esforço de compreender o que aconteceu. E infelizmente nós outros que estávamos a trabalhar nesse processo não fomos perguntados nada, nem pelos países ocidentais nem pelo nosso Governo. Só agora, sete (7) anos depois,

somos perguntados no tribunal porquê é que não pensamos em melhores soluções. Hoje a tinta já está seca”.

Questionado porquê motivo o seu Governo não foi à Assembleia da República solicitar uma autorização para a emissão de garantias de Estado com vista a financiar as empresas ProIndicus, EMATUM e MAM, o declarante começou por reiterar que tinha delegado todo o trabalho ao Comando Operativo. Mais adiante, Guebuza repetiu as suas declarações prestadas à imprensa em 2016 quando foi ouvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar o escândalo das “dívidas ocultas”.

“É verdade que havia uma dívida, mas essa dívida era para adquirir equipamento para combater aqueles que naquele tempo estavam a atacar Moçambique em vários pontos. Acontece que algumas pessoas que eram combatidas, isto é, a Renamo, tinham deputados na Assembleia da República.

Como levar uma questão dessas à Assembleia da República estando lá a Renamo? Isso haveria de pôr em causa a execução do plano. É como se os terroristas estivessem hoje na Assembleia da República e irmos pedir aos terroristas se podemos adquirir armas. Seria irresponsável”.

Ainda assim, o antigo Presidente da República negou que o seu Governo tenha agido consciente de que estava a violar a Constituição da República por não ter ido à Assembleia da República pedir autorização para a emissão de garantias de Estado.

Sobre os 500 milhões de dólares registados na Conta Geral de Estado como tendo sido usados na compra de material de defesa, o assistente no processo perguntou ao declarante se tinha conhecimento do assunto, tendo em conta que os antigos Ministros da Defesa Nacional e do Interior afirmaram que nunca receberam equipamento militar comprado no âmbito do projecto SIMP. Em

resposta, Guebuza disse o seguinte: “Felizmente o Chefe do Comando Operativo era Ministro da Defesa Nacional e mais tarde foi eleito Presidente da República. Por tanto, continua no mesmo espaço com acesso à informação e com capacidade de decisão”.

Vários declarantes ouvidos pelo tribunal referiram que as embarcações da EMATUM apresentavam algumas inconformidades, por isso algumas foram submetidas a trabalhos de adequação já no território moçambicano. Uma vez que o Presidente da República visitou os estaleiros do grupo Privinvest na França onde estavam a ser fabricadas as embarcações, a OAM quis saber se o declarante estava ao corrente dessas informações, ao que Guebuza respondeu dizendo que ele nunca foi especialista da marinha ou das pescas, muito menos de aeronaves. “As pessoas que me apresentaram barcos eram especialistas e eu concordei”.

## “É estranho. É o máximo que posso dizer. Ele era chefe do Comando Operativo e diz que não sabe de nada do que se passou”

Confrontado com as declarações prestadas em 2018 por Filipe Nyusi na instrução preparatória do processo ora em julgamento segundo as quais ele não sabia da existência da EMATUM e MAM e só tomou conhecimento quando já era Presidente da República, Guebuza ensaiou um sorriso sarcástico e atirou: “Não tenho nenhum comentário. É estranho. É o máximo que posso dizer. Ele era chefe do Comando Operativo e diz que não sabe de nada do que se passou. É estranho”.

Perguntado se assume responsabilidade pelo fracasso do projecto, o declarante reiterou a sua posição de quinta-feira: “Em primeiro lugar, o projecto era uma coisa necessária e até penso que ainda hoje é necessário. A execução e implementação do projecto não é da minha responsabilidade. O projecto foi preparado até Janeiro de 2015. De lá para cá não sei o que se passa e, por conseguinte, não é minha responsabilidade. Mas o projecto é uma coisa que era necessária”.

Guebuza sempre defendeu que tinha plena confiança nas pessoas com quem trabalhou no projecto SIMP. “Eu trabalhei na área de concepção e aprovei o projecto através de um instrumento que garantisse a sua realização, a sua implementação. Eu criei o instrumento com pessoas da minha absoluta confiança. Não vou julgar hoje aquilo que se passou há seis (6) anos e que era do meu conhecimento. Há seis anos tinha plena confiança nas pessoas que tinha indicado. Por exemplo, tinha plena confiança no Comando Operativo”.



As três empresas que beneficiaram dos empréstimos ilegais no valor total de mais de dois mil milhões de dólares tinham como PCA António Carlos do Rosário, à época Director da Inteligência Económica do SISE. Questionado pela OAM se não estranhou o facto de António Carlos do Rosário ser PCA da Prolindicus, EMATUM e MAM, tendo em atenção a Lei de Probidade Pública, Armando Guebuza

disse que na fase inicial as empresas precisavam de uma direcção que estivesse clara da missão. “Recebi a proposta da direcção do SISE para a indicação do Rosário e, com base nas funções que ele exercia na segurança, eu concordei”.

O declarante reiterou as queixas do seu António Carlos do Rosário segundo as quais a MAM foi sabotada. “Nós criamos a MAM para

ser uma empresa de fabrico e reparação de embarcações. Queríamos criar uma indústria naval a partir da MAM, por isso a empresa enfrentou muita resistência”. À pergunta da OAM sobre quem sabotou a MAM e como essa sabotagem se operou, Guebuza simplesmente disse: “Quanto se trata de segurança no sentido prático, não sou eu que vou pôr mais achas na fogueira”.

## OAM voltou a requerer audição de Nyusi e juiz sai em defesa do Presidente da República

Ao fim de dois dias de audição do antigo Presidente da República, era expectável que um dos intervenientes processuais requeresse a audição de Filipe Nyusi, actual Presidente da República. À data dos factos ora e julgamento, Nyusi era Ministro da Defesa Nacional e, por inerência de funções, Chefe do Comando Operativo, órgão a quem Guebuza disse ter delegado a missão de trabalhar no projecto do SIMP.

Por diversas vezes, Armando Guebuza remeteu explicações relevantes sobre a contratação do financiamento e compra de equipamentos para as tres empresas para o antigo Ministro da Defesa Nacional. Na quinta-feira, primeiro dia da sua audição, Guebuza disse, em resposta a uma pergunta do Ministério Público que: “Nós funcionávamos como órgãos estruturados que apresentavam propostas e eram discutidas e, quando aprovadas, podiam avançar. Normalmente nesses casos quem responde é o chefe que está a presidir à reunião. Neste caso, o Comando Operativo tinha o seu chefe que era o Ministro da Defesa Nacional”.

Na sequência, a OAM voltou a requerer a audição, na qualidade de declarante, do antigo Ministro da Defesa Nacional e Chefe do Comando Operativo. O assistente no processo fundamentou o requerimento afirmando que as revelações feitas pelo antigo Presidente da República tornam imprescindível a audição de Filipe Nyusi para a produção da melhor prova. E como era de esperar, o juiz indeferiu o requerimento argumentando que se trata de uma matéria sobre a qual o tribunal já havia decidido por duas vezes.

“A Ordem dos Advogados sabe que o juiz já esgotou o seu poder jurisdicional quanto à matéria em causa. Mesmo querendo, o juiz não deve decidir pondo em causa a primeira decisão que tomou. “Esta matéria já foi discutida aqui em tribunal por duas vezes, e a decisão foi colocada em despacho. E, de acordo com a lei, o juiz não pode recuar”. O juiz Efigénio Baptista disse ainda que mesmo que tivesse diferido o requerimento, Filipe Nyusi não seria ouvido na tenda da B.O onde decorrem as ses-



sões de audiência de discussão e julgamento. “Enquanto Presidente da República, ele seria ouvido no seu escritório por um juiz”.

Na instrução preparatória, Filipe Nyusi foi ouvido na Presidência da República pelo Procurador Alberto Paulo, corria o ano de 2018. Um ano depois, Nyusi promoveu o magistrado Alberto Paulo para o cargo de Vice-Procurador-Geral da República. Quando o Tribunal Judicial da Cidade de Maputo abriu a instrução contraditória, notificou o Presidente da República para prestar declarações, tendo respondido que mantinha o seu depoimento prestado aquando da instrução preparatória.

“O Presidente da República disse que man-

tém tudo o que disse e as suas declarações estão nos autos. A Ordem dos Advogados de Moçambique sabe que não pode apresentar esse requerimento, mas está a fazê-lo por mero populismo”, atirou o juiz. Em reacção, o assistente disse que não há nenhum populismo no requerimento da OAM, uma vez que houve novas revelações que apontam que o antigo Ministro da Defesa Nacional é a pessoa que pode melhor explicar o que efectivamente aconteceu. E mais, Flávio Menete disse que no âmbito da produção da prova, o juiz não deve assumir que o Presidente da República vai dizer que mantém as declarações prestadas na instrução preparatória.



**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

**PARCEIRO PROGRAMÁTICO**



**PARCEIROS DE FINANCIAMENTO**

